O Currículo e a construção da convivência democrática no Curso de Formação de Professores em Nível Médio: o pedagogo como articulador

The curriculum and the construction of democratic coexistence in the training course of teachers at middle level: the pedagogue as an articulator

Evelise Maria Labatut Portilho 1*
Giovani de Paula Batista 2*
Helton Roberto Real 3*
Viviane Cristina Medeiros 4*

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as possibilidades do currículo na construção de uma convivência embasada em práticas democráticas na escola, de tal modo a contribuir com o campo dos estudos atuais sobre o currículo e convivência democrática. Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou-se uma investigação bibliográfica e de campo, durante o ano letivo de 2017. Neste período foram desenvolvidas ações de fortalecimento das lideranças e representatividade dos estudantes, mediadas pela equipe pedagógica com o apoio de toda a comunidade escolar. Na primeira parte do texto, como parte da fundamentação teórica, é apresentado o conceito de currículo. Em seguida, será desenvolvido o conceito de convivência. Posteriormente, apresentamos a importância do pedagogo enquanto articulador de um currículo que promove práticas democráticas no âmbito escolar. Na parte final deste trabalho, na

[*1] Pós-doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil, eveliseportilho@gmail.com, Aprendizagem e Conhecimento na Prática Docente.
[*2] Doutorando em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil, giovanip_batista@hotmail.com. Aprendizagem e Conhecimento na Prática Docente.
[*3] Mestrando em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil, heltonpedagogo@gmail.com, Aprendizagem e Conhecimento na Prática Docente.
[*4] Mestre em Educação, SEED-PR, Brasil, vimedeiros29@hotmail.com

exposição dos resultados, destaca-se que um currículo que possibilite a construção de uma convivência mais democrática, promove o desenvolvimento do protagonismo juvenil, pois podem compartilhar experiências e elaborar decisões coletivas, contribuindo assim para a construção da identidade e autonomia dos estudantes. Neste processo, destacamos de fundamental relevância a organização, planejamento e articulação por parte da equipe pedagógica.

Palavras-chave: Currículo. Convivência. Pedagogo.

Introdução

Um dos pilares da educação para o século XXI, tal como proposto pelo relatório da UNESCO, seria o *aprender a viver juntos*. Essa aprendizagem acontece no campo dos valores e atitudes e é apontada como sendo um dos grandes desafios da Educação neste século (Delors, 2010, p. 96). A sociedade atual é marcada por muitas tensões, pois o homem tende a valorizar o grupo o qual pertence e a manter-se distante ou desenvolver preconceitos àqueles que são diferentes (Delors, 2010, p. 97). Esse cenário promove a competição entre os sujeitos desencadeando conflitos, os quais, muitas vezes, propiciam condições para a manifestação das violências com o outro, ou com determinados grupos.

É preciso promover a construção de uma convivência mais inclusiva, uma vez que um ambiente mais igualitário, com "objetivos e projetos comuns, os preconceitos e a hostilidade latente podem desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e até a amizade" (Delors, 2010, p. 97). O relatório aponta que essa aprendizagem possibilita a participação e a cooperação com o outro. Na escola, o modo de conviver está em crise, assim como destaca Fierro & Evans (2013) e diante deste cenário, é preciso buscar novos modos para mudar esta situação.

Este trabalho apresenta um estudo teórico e prático sobre a relação entre o currículo e a construção da convivência democrática, no contexto do Curso de Formação de

Professores em Nível Médio, de uma escola pública da rede estadual de ensino do Estado do Paraná. O objetivo é analisar as possibilidades do currículo na construção de uma convivência embasada em práticas democráticas na escola, de tal modo a contribuir com o campo dos estudos atuais sobre o currículo e convivência democrática. Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou-se uma investigação bibliográfica e de campo, durante o ano letivo de 2017. Neste período foram desenvolvidas ações de fortalecimento das lideranças e representatividade dos estudantes, mediadas pela equipe pedagógica com o apoio de toda a comunidade escolar. Podemos destacar que tais ações envolveram encontros presenciais de formação, além da criação de comunidade virtual para comunicação entre os estudantes e os pesquisadores, que também realizaram assembleias.

Na primeira parte do texto, como parte da fundamentação teórica, é apresentado o conceito de currículo. Em seguida, será desenvolvido o conceito de convivência, com base em Mena e Rodriguez (2003), Garcia (2015), Medeiros (2017) e Fierro Evans (2013). Posteriormente, apresentamos a importância do pedagogo enquanto articulador de um currículo que promove práticas democráticas no âmbito escolar, sob a perspectiva de Nóvoa (2013), Pimenta (1988). Na parte final deste trabalho, fazemos a exposição dos resultados.

Currículo escolar

De acordo com um levantamento realizado na literatura educacional sobre o currículo escolar, buscando um conceito, podemos destacar que encontramos em vários autores distintas definições e pesquisadores que evidenciam esta amplitude de diferentes conceitos. Pedra (2000) aponta os seguintes significados em relação ao termo currículo encontrados:

> 1) como uma série estruturada de resultados; 2) como um conjunto de matérias; 3) como conjunto de experiências que os estudantes desenvolvem sob a tutela da escola e 4) como intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta

> educativa. Ultimamente, vem sendo entendido como uma seleção de conhecimentos extraídos de uma cultura mais ampla. (Pedra, p. 30, 2000).

Pedra (2000) faz uma retomada das principais definições de currículo, e assim vai elencando as diferentes concepções. Destacamos que a última definição apresentada pelo autor também é evidenciada por Sacristán (2000) ao afirmar que o currículo seria um projeto o qual seleciona determinados aspectos da cultura, e nesta perspectiva, "supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada" (Sacristán, 2000, p. 15).

Pacheco (2006) analisa em seu livro *Currículo: teoria e práxis*, as diferentes concepções apresentadas por autores relacionados a essa temática, levantando alguns questionamentos na busca de uma definição do conceito de currículo.

> [...] apesar das diferentes perspectivas e dos diversos dualismos, defini-se como um projecto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interactivo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino-aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas culturais, sociais, escolares) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas. (Pacheco, 2006, p. 20).

Em relação à compreensão conceitual, é preciso aprofundar o estudo sobre currículo, o qual procure fundamentar a teoria curricular, em suas mais diversas concepções, de acordo com diferentes autores. É possível afirmar que conhecer as diversas teorias de currículo possibilita uma visão crítica por parte dos educadores, pois estabelecem relações com a concepção de educação implícita em cada teoria.

Apesar de toda complexidade de uma definição de currículo, é preciso compreendê-lo como uma construção cultural, portanto, influenciado por vários determinantes. Pacheco (2006) também menciona a importância de aprofundar o estudo do currículo, a partir das diferentes teorias, para compreender e transformar as práticas na escola.

Pacheco (2006) aponta que a *práxis* curricular está presente na realidade escolar, portanto, a construção não pode ser separada do ato da implantação. Nesse sentido, não

deve haver dissociação entre teoria e prática. Esse autor apresenta o campo de estudo enquanto:

> [...] uma questão em permanente debate, susceptível de divergências ao nível da justificação, concepção, desenvolvimento e avaliação de um propósito organizado em função de coordenadas sociais, econômicas, políticas e sociais. (Pacheco, 1996, p. 253).

Os estudos sobre currículo escolar passaram por significativos avanços no transcorrer do processo histórico, possibilitando uma análise em relação ao papel da educação, de acordo com diferentes perspectivas ideológicas. Essas teorias podem ser resumidas da seguinte maneira: teorias tradicionais, críticas e pós-críticas (Silva, 2015).

Pacheco (2006) destaca a necessidade de reconhecer aspectos simultâneos, entre as teorias curriculares críticas e pós críticas, caso contrário, esse cenário causa tensões, e assim, há dificuldades em colocar em prática um currículo inovador. A dicotomia entre as teorias critica e pós-criticas devem ser superadas, pois não contribuem para a inovação nas práticas curriculares. O conhecimento das diferentes teorias de currículo possibilita buscar alternativas para práticas de transformação da realidade. "A questão central num projecto de inovação escolar é o de saber como desencadear o processo e que mecanismos de regulação utilizar" (Pacheco, 1996, p. 256).

É preciso conhecer as diferentes concepções de currículo para realizar uma análise critica. Pacheco (2013) aponta para a complexidade da definição de currículo e a abrangência do conceito, enfatizando a importância do conhecimento em diferentes perspectivas. O autor faz a seguinte análise:

> [...] que teoria crítica e teoria pós-crítica, ou as pluralidades teóricas que as caracterizam, seguem um mesmo caminho, bifurcando significativamente no modo como se entende a valorização do social e do pessoal (Pacheco, 2013, p. 16).

É necessário destacar a importância de conhecer criticamente as diferentes concepções e dualidades relacionadas ao currículo. Dessa maneira, será possível buscar a superação da fragmentação entre teoria e prática, e assim, a construção de um currículo inovador. Quanto ao desafio teórico e metodológico, é preciso compreender o currículo em sua dimensão prática, e, portanto, um processo construído historicamente que influencia a ação pedagógica, a qual não é neutra.

Explorando o conceito de convivência na escola

O relatório elaborado para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, apresenta os quatro pilares fundamentais para educação na contemporaneidade. Entre eles, destacamos o aprender a conviver com os outros. Essa aprendizagem acontece no campo dos valores e atitudes (Delors, 2010). A escola assume um papel fundamental para o processo formativo dos sujeitos. Assim, podemos afirmar a aprendizagem de uma convivência embasada em valores humanos é fundamental.

De acordo com Fierro & Tapia (2013, p. 73) é preciso compreender o conceito de uma maneira mais ampla, pois conviver implica na necessidade da condição humana em viver junto, em grupo, onde o homem se faz no contato com o outro. Nesta relação com o outro, na vida em sociedade, o indivíduo, para viver junto, precisa buscar um equilíbrio entre as suas vontades e a necessidade que atenda o grupo ao qual está inserido.

> O desenvolvimento da capacidade da convivência entre as pessoas gera a interação entre elas, e busca conciliação entre distintos interesses. Os seres humanos, ao conviver juntos, tem a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a satisfação das próprias necessidades e as do outro, que os leva a gerar uma série de dimensões pessoais, que permitem avançar na convivência, ou "conduta moral". (Mena & Ramírez, 2003, p. 45).

Em conformidade com as autoras Mena & Ramírez (2003), a convivência aborda diversas e complexas interações entre as pessoas, buscando a "conciliação entre distintos interesses" (p. 45). Segundo as autoras, "aprender a autorregular os impulsos em função de

valores e bens superiores é parte da humanização das pessoas, e é um desafio formativo para famílias e escolas" (p. 45). Assim, podemos afirmar que para viver juntos é preciso aprender a autorregulação, pois envolve o controle dos desejos particulares. Nessa perspectiva, as autoras mostram que a convivência sugere uma "busca pelo equilíbrio entre satisfações individuais e as necessidades sociais, a qual permite avançar na convivência ou 'conduta moral'" (Mena & Ramírez, 2003, p. 45). Esse equilíbrio possibilita a construção de determinados modos de convivência na sociedade.

Mena & Ramírez (2003, p. 45-46) sugerem que há quatro dimensões pessoais envolvidas no desenvolvimento da convivência: a capacidade de compreender o outro, a empatia, o juízo moral e o autocontrole. A primeira dimensão sugere a necessidade de compreender, ao conviver com o outro, o que este pensa e sente de maneira diferente, de acordo com sua trajetória de vida e, portanto, deve ser respeitado na sua singularidade. A dimensão da empatia envolve uma "ressonância afetiva" (p. 46), pela qual a pessoa sente uma conexão afetiva com o outro. Segundo as autoras, a capacidade de empatia está na base da solidariedade, da compaixão e do perdão (p. 46). Quanto à dimensão do "juízo moral" – expressão usada por Piaget (1994) -, esta se refere à capacidade de discernir aquilo que é correto em determinada situação (p. 46). A dimensão do autocontrole resulta no controle dos impulsos (Mena & Ramírez, 2003, p. 47).

Medeiros (2017, p. 97) destaca que a construção das relações na escola edificadas no "compartilhamento de valores democráticos, promove o surgimento de uma escola sustentada em outro projeto de convivência em responsabilidades e desejos compartilhados" e nesta perspectiva "tornando-se um espaço de possibilidades e de transformação" (Medeiros, 2017, p. 97).

Garcia (2014) apresenta alguns conceitos de convivência de acordo com um levantamento de literatura. Em um âmbito abstrato, destaca que "conviver implica compartilhar condições que sustentam a vida, tanto em nível concreto, material, como simbólico e cultural na escola" (p. 16). Nessa perspectiva, esse compartilhamento envolve os mais diversos vínculos, sejam culturais, econômicos, psicológicos ou afetivos, nas

relações interpessoais que constroem a vida em sociedade. Convivência demanda a existência de algo em comum entre as pessoas ou com o contexto social, pois não basta simplesmente "estar juntos". É preciso haver uma conexão entre os indivíduos e o meio social. Nesse sentido, a convivência também envolve "diferentes formas de proximidade e copresença" (p. 16). Tal como salienta o autor, "a convivência é construída pelos modos de vida coletiva, praticados dentro da escola" (Garcia, 2014, p. 17). Em um nível regulador, o conceito "se confunde com um conjunto idealizado de relacionamentos, com marcos reguladores, com uma ideia de vida coletiva pautada por orientações normativas" (p. 17). O autor também afirma que "no interior das práticas e das referências normativas da escola, se encontra um *discurso sobre convivência* [...] ao ser exercido, reafirma e produz modos de pensamentos e práticas sociais" (Garcia, 2014, p. 14).

Desta maneira, é preciso aprender a conviver, e a escola, enquanto instituição social responsável pela formação de crianças, jovens e adultos, para a vida em coletividade, assume um papel importante. Portanto, tempos e espaços escolares devem repensados e planejados para a aprendizagem da convivência edificada em valores humanos.

A importância do pedagogo enquanto articulador de um currículo que promove práticas democráticas no âmbito escolar

A instituição escolar que assume o compromisso com a construção de uma *educação democrática* deve promover condições para essa aprendizagem, o qual seja possível vivenciar experiências democráticas nas diversas interações do cotidiano escolar. Nessa perspectiva, a escola é um ambiente privilegiado para essa aprendizagem, pois devido à obrigatoriedade da escolarização básica, diferentes pessoas convivem durante grande parte do dia (Araújo, 2008, p. 120). Neste contexto de educação formal, uma figura importante para que ocorra um trabalho educativo voltado para as práticas democráticas, é o pedagogo escolar. Pimenta (1988) afirma:

> (...) a posição que temos assumido é a de que a escola pública necessita de um profissional denominado pedagogo, pois entendemos que o fazer pedagógico, que ultrapassa a sala de aula e a determina, configura-se como essencial na busca de novas formas de organizar a escola para que esta seja efetivamente democrática. A tentativa que temos feito é a de avançar da defesa corporativista dos especialistas para a necessidade política do pedagogo, no processo de democratização da escolaridade. (p. 240)

O pedagogo, enquanto articulador de práticas democráticas na escola deve possibilitar momentos de formação democrática de lideranças o reconhecimento de sentido de pertença para os estudantes, do espaço educativo. Nóvoa (2013) também contribui quando afirma que "a escola deverá se definir como um espaço público, democrático, de participação, funcionando em ligação com as redes de comunicação e de cultura, de arte e de ciência" (p. 226). É preciso ressaltar que de acordo com a perspectiva apresentada acima, a qual está fundamentada em uma concepção de educação democrática, enfatiza o papel do pedagogo enquanto articulador na promoção de práticas democráticas na escola.

De modo congruente, podemos destacar a definição de currículo na Resolução n. 2 de 1. De julho de 2015 do MEC/CNE:

> CONSIDERANDO o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho; (p. 2)

A própria articulação do trabalho pedagógico deve fortalecer tais valores e significados para a construção de uma identidade democrática na escola. Neste aspecto, Nóvoa (2013) faz a seguinte crítica em relação como esta organização vem sido pensada :

> [...] é preciso reconhecer que não demos a atenção necessária às formas de organização do trabalho escolar. Pensamos nos docentes e em sua formação, nos currículos e nos programas, nas estratégias pedagógicas e nas metodologias, mas raramente nós nos interrogamos sobre a organização do trabalho na escola (p. 230)

Deste modo, podemos afirmar que o pedagogo deve buscar a construção de um currículo que promova práticas democráticas na escola. E esta organização não deve estar reduzida a atos isolados, pois devido a sua complexidade demanda um trabalho coletivo

articulado com os princípios de uma concepção de educação democrática. Portanto, o pedagogo ao possibilitar tempos e espaços que englobem os fundamentos teórico-metodológicos da prática educativa vai tecendo diferentes possibilidades de articular o trabalho pedagógico.

Metodologia

A presente pesquisa teve como base os pressupostos da abordagem qualitativa do tipo exploratório, de modo a priorizar as situações vivenciadas com os sujeitos nos encaminhamentos metodológicos (Bogdan & Biklen, 2010). Utilizou-se uma investigação bibliográfica e de campo, durante o ano letivo de 2017, em uma escola pública da rede estadual de ensino do Estado do Paraná.

Neste período foram desenvolvidas ações de fortalecimento das lideranças e representatividade dos estudantes, mediadas pela equipe pedagógica com o apoio de toda a comunidade escolar. Podemos destacar que tais ações envolveram encontros presenciais de formação, além da criação de comunidade virtual para comunicação entre os estudantes e os pesquisadores. Além disso, podemos evidenciar a prática democrática das assembleias.

Dentre as ações de fortalecimento das lideranças estudantis e um melhor processo de representatividade dos estudantes, mediadas pela equipe pedagógica, podemos destacar as eleições para professores e estudantes representantes. E durante o ano foram realizados encontros presenciais visando à formação destas lideranças, sendo o objetivo a aprendizagem do exercício democrático de representatividade.

Outra ação que podemos destacar foi à criação de uma comunidade virtual, por meio das redes sociais. Neste sentido, o uso das mídias sociais é uma linguagem do século XXI, portanto, a comunicação e divulgação de notícias da escola, enquetes, discussões de temas emergentes foi uma ferramenta usada pela equipe pedagógica para manter um canal de comunicação com e entre os estudantes, em consonância com as formas de comunicação desse século.

Também foram realizadas assembleias com os estudantes, pois estes são momentos de possibilidades para discussões e compartilhamento de decisões cotidianas, que implica na construção da convivência na escola. Nesse sentido, "propiciam momentos de diálogo, negociação e encaminhamento de soluções dos conflitos cotidianos" (Araújo, 2015, p. 25). Portanto, um espaço que possibilita vivenciar práticas democráticas, promovendo a participação e o diálogo e respeitando as diferenças. Nesse sentido, a assembleia escolar, enquanto prática democrática busca a promoção do diálogo entre os alunos e professores, e assim, a compreensão mútua, criando um clima de pertencimento à escola. Esse ambiente favorece a aprendizagem de valores de cooperação e solidariedade, portanto, um espaço que propicia a troca de experiências entre estudantes e professores, e assim a superação de relações verticalizadas.

O percurso desta investigação envolveu participação e diálogo, e demandou atenção nos momentos de promoção de práticas democráticas na escola, e de como os estudantes foram desenvolvendo novas atitudes, assim, podemos afirmar que o processo foi mais importante que os resultados.

Considerações finais

Considerando a multiplicidade de possibilidades na construção de um currículo escolar, podemos evidenciar que possibilitar um modo de conviver mais democrático promove o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a (re) construção da identidade destes estudantes de modo mais positivo. Assim, neste processo é fundamental a organização, planejamento e articulação por parte da equipe pedagógica.

A organização pedagógica que permite conhecer o outro, respeitando às diferenças, e assim, as singularidades dos sujeitos, promove um ambiente de participação, interação, tomada de decisões coletivas e o respeito à diversidade. Essa construção envolve aprendizagem, por isso, podemos destacar o papel fundamental da escola. Um ambiente que promova um contexto de aprendizagem e socialização, que os estudantes sintam-se

seguros para expressar opiniões e tirar dúvidas. Assim, construir uma convivência embasada por meio do diálogo possibilita condições para a aprendizagem da autonomia, em situações cotidianas, pois vivenciam práticas que exige tomada de decisão e participação.

A construção de uma convivência democrática na escola propicia um ambiente inclusivo e pacífico, embasado em valores humanos. Nesse sentido, as diferenças são respeitadas e as relações são estabelecidas por meio do diálogo e da escuta. Nesse contato com o outro, a (re) construção da identidade dos alunos ocorre de modo mais positivo, pois as interações acontecem em um ambiente mais seguro e acolhedor, promovendo a aprendizagem da cidadania, e neste sentido, a construção de uma identidade coletiva.

O pedagogo neste processo assume um papel fundamental de articular o currículo e promover condições para a aprendizagem da convivência democrática na escola. Este trabalho de organização deve ser planejado, mas também deve constar no plano de ação da escola. Verificou-se, também, que muitas são as dificuldades enfrentadas pela equipe pedagógica, principalmente devido a organização do tempo e espaço na escola, e que mesmo assim, procura criar momentos de aprendizagem democrática.

Referências bibliográficas

Araújo, U. F. (2008). *Resolução de conflitos e assembleias escolares*. Cadernos de Educação, 31, 115-131.

Araújo, U. F. (2015). *Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares*. São Paulo: Summus.

Bogdan, R. & Biklen, S. K. (2010). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto.

Delors, J. (2010). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Brasília: UNESCO.

Fierro, E & Evans, M.C. (2013). Conversando sobre la convivencia en la escuela: una guia para el auto-diagnóstico de la convivencia escolar desde las perspectivas docentes. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa, 6*(2), 103-124.

Fierro, E., Evans, M.C. & Tapia, Guillermo. (2013). Convivencia escolar: un tema emergente de investigación educativa en México. In Fúrlan, A. & Schwartz, T.C.P. (Eds.). *Convivencia, disciplina y violencia en las escuelas* (pp. 73-131). México: ANUIES.

Garcia, J. (2014.). *Convivência na escola: diferentes olhares de pesquisa*. Curitiba: UTP.
Medeiros, V. C. (2017). *A construção da convivência democrática no Ensino Fundamental*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Brasil.

Mena, M.I. & Ramírez, M.C. (2003). *Contra la violencia, la formación de la convivencia. Revista Docencia.* Santiago, 19(1), 43-50.

Nóvoa, A. (2013). *Os professores e o "novo" espaço público da educação*. In Tardif, M. & Lessard, C. (Eds.). O Ofício de Professor: história, perspectivas e desafios internacionais (5. ed). (pp. 217-233) 5. Petrópolis: Vozes.

Pacheco, J. A. (1996). *Currículo: teoria e práxis*. Porto: Porto.

Pacheco, J. A. (2006). *Escritos curriculares*. São Paulo: Cortez.
Pacheco, J. A. (2013). *Teoria (pós) crítica: passado, presente e futuro a partir de uma análise dos estudos curriculares*. E-Curriculum, 11, 6-22.

Pedra, J. A. (2000). *Currículo, conhecimento e suas representações* (4 ed). Campinas: Papirus.

Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus.

Pimenta, S. M. (1988). *O pedagogo na escola pública*. São Paulo: Loyola.

Sacristán, J. G. (2000). *O Currículo: uma Reflexão sobre a Prática* (3 ed). Porto Alegre: Artmed.

Silva, T. T. da (2015). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* (3 ed). Belo Horizonte: Autêntica.